ACTA DA 22ª REUNIÃO DA CT MEO

9 de Outubro de 2024 @ formato online (Teams)

PRESENCAS

Jorge Pinto, Jaquelina Brito, Ana Patrícia, Francisco Gonçalves, Anabela Ramos, Rui Pedro Moreira, Fernando Patrício, Sérgio Pato, Isabela Mendes Vítor Correia,

AUSENCIAS

Maria José Cardoso

ORDEM DE TRABALHOS

- Votação da ata da 20ª reunião ordinária;
- Atividades dos elementos da CT entre reuniões ordinárias e planeamento;
- Voz à SubCT de Faro;
- Regulamento de Funcionamento Interno – Art.º 7;
- Agendamento da Mesa Redonda Votação da ata da 19ª reunião Ordinária

No dia 9 de Outubro de 2024, pelas 14h45m iniciou-se a vigésima primeira reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores da MEO, via Teams.

Foi esclarecido de que face à reunião em Faro, por não ter quórum, por apenas terem estado presentes 4 membros do coletivo (Anabela Ramos, Sérgio Pato, Francisco Gonçalves, Rui Moreira e os membros da Sub-CT Faro), não é elaborada ata de reunião e os pontos da ordem de trabalhos migrarem para esta reunião. Foi solicitado se alguém pretendia efetuar alteração à OT. Não tendo havido nenhuma intervenção, deu-se por iniciada a reunião.

Do detalhe da OT para esta reunião foi solicitado, pelo Sérgio Pato, esclarecimentos sobre quem pretendeu indicar o ponto sobre o Regulamento de Funcionamento Interno – art.º 7. Informa que este pedido tinha sido enviado por mail, para a CT, uma vez mais sem ter tido resposta. Entretanto o Rui Moreira interveio indicando de que foi ele que efetuou este pedido de inclusão na OT. Adianta de que nas reuniões por Teams os membros que estão a participar deverão ter as câmaras ligadas. Como direito de resposta, Sérgio Pato tinha indicado de que estando de folga está a participar com alguma dificuldade.

Procedendo-se à votação da ata da 20ª reunião ordinária, a mesma foi votada com 5 votos a favor.

Avançando para o ponto atividades dos elementos da CT entre reuniões esclareceu o Jorge Pinto que a CT fez-se representar nas comemorações do 30º aniversário da Comissão de Trabalhadores da Auto-Europa, no passado dia 17/09, onde estiveram presentes a ministra do trabalho, o presidente da CM Palmela, a administração da Auto-Europa, secretário-geral das comissões de trabalhadores do grupo Volkswagen, dos sindicatos, membros das anteriores CTs, todos os membros da atual CT. Demonstrou uma realidade totalmente diferente face à importância que esta CT tem na empresa. Foi abordada as dificuldades que

a CT da Volkswagen na Alemanha está a atravessar, mas ainda assim consideraram que esta comemoração deveria acontecer. De salientar que a CT da MEO está, este ano, a comemorar também o 30º aniversário e, como tal, foi efetuado um convite à ministra do trabalho ao que indicou estar presente caso tenha agenda livre.

Informou-se também que, na manhã do presente dia, houve reunião agendada pela DPT com o secretariado, onde também participou o António Almeida (a representar a DPE) onde se abordou temas como as instalações de Faro, sobre Alfouvar, os sistemas de videovigilância, sobre os espaços snack e o espaço de refeições nas Picoas.

Relativamente ao tema das instalações de Faro, a DPT indicou existir 2 espaços snack em Faro e os mesmos encontram-se abertos face à manifestação em mantê-los em funcionamento. Já existiu melhorias nestes espaços, nomeadamente em troca de micro-ondas, de colocação de uma TV e arranjo no ar condicionado. A Anabela interveio indicando que o ar condicionado ainda não se encontra reparado, tendo a confirmação por parte do Sérgio Pato. Foi indicado que a DPT deixou a porta aberta para ser resolvida alguma questão relacionada sobre os vários espaços existentes nos edifícios. O Rui Moreira esclarece que uma das salas deveria ser refeitório uma vez que está equipada com os equipamentos necessários onde poder-se-ia aproveitar este espaço para colocarem um parceiro a explorar este espaço (tal como em Tenente Valadim). A Anabela esclarece que, aproveitando a frequência do pessoal dos CTT neste espaço, a empresa deveria ponderar em abrir este espaço. A Anabela indica que, por dia, poderiam almoçar 10 pessoas (sendo que no edifício diariamente tem a frequência de 30 trabalhadores – não contanto com as pessoas da loja, da linha SNS, entre outros). No entanto o Sérgio Pato é da opinião de que a CT deveria apresentar ideias à empresa por forma a poder potenciar-se o espaço existente. A Anabela é da opinião de que refeitório poderia não ter mais-valia, mas pelo menos uma opção que fornecesse sopas e saladas aos trabalhadores que ou não trazem almoços ou que pretendam complementar algo ao almoço que trazem de casa. O Jorge Pinto acaba por esclarecer o que a DPT transmitiu que por questões de mudanças de hábitos as pessoas aderiram a trazerem comida de casa e que, como foi o caso de Coimbra, onde abriu-se um espaço, mas por falta de participação dos trabalhadores, acabou por ter de fechar.

Sobre Alfouvar, relativamente às câmaras que foram instaladas (por parte de cliente) a empresa indica que tal não é possível, mas que estão a reformular o sistema de videovigilância das instalações e que irão fazer chegar à CT o pedido de parecer. Quanto à máquina de snacks e cafés, foi indicado que iriam solicitar à Delta a instalação de uma máquina mista (cafés e snacks) à experiência dado que existe o feedback do técnico desta empresa que é possível colocarem lá snacks com um prazo de validade mais alargado.

Foi falado com a DPT sobre o sistema de videovigilância e foi transmitida a preocupação relativa às camaras rotativas e que não se tem a precepção para onde estão a apontar. Relativamente a Penafiel, iremos aguardar o envio do pedido de parecer.

Sobre Coimbra (Calhabé) foi falado de que por falta de aderência das pessoas o espaço voltou a fechar. Quanto a Picoas, foi indicado de que ia arrancar hoje um abaixo-assinado, uma vez que se soube que a empresa iria regatar 500 mil euros relativos ao Fundo de Garantia do Trabalho e que de acordo com o decreto-lei poderia passar pela abertura de um espaço desta natureza. Este abaixo-assinado foi promovido por membros da Sub-CT de Picoas, ao qual o Jorge Pinto também aderiu, e o qual apenas iria arrancar após a reunião

com a DPT. Nesta reunião, a própria diretora, afirmou ser uma excelente iniciativa uma vez que iria dar força ao projeto que já está a andar. Segundo a DPT, não é possível utilizar o espaço que agora está a ser usado para a galeria da Fundação Altice. No entanto, no 1º piso do Fórum, é intenção de prolongar o espaço snack existente para as salas existentes nesse piso. Desta forma iria passar a existir uma conjugação do espaço snack já existente e um espaço de cafetaria e refeições (já pré-confeccionadas). Só ainda não está esclarecido se já existe verba aprovada para este investimento ou se irá ser aproveitada a verba do Fundo de Garantia do Trabalho. Foi esclarecido pela Ana Patrícia de que o que a DPT transmitiu foi que já não haveria a hipótese de reabrir cantinas como antigamente existia uma vez que por um lado o investimento que tem de ser efetuado à data de hoje não compensa à empresa e por outro lado verificou-se um aumento de autorizações e licenças para abrir um espaço que confecciona refeições desde o pós-pandemia.

O secretariado informou que chegou a decisão do tribunal a dar parecer negativo à CT ser considerada assistente do processo. Foi solicitado à advogada atribuída que indagasse o tribunal para se saber quais os motivos que os arguidos argumentaram para dar este parecer negativo. Solicitou-se também que fosse indagado o tribunal sobre se a CEO (Ana Figueiredo) conseguiu parecer positivo uma vez que consideramos que o argumento dado à CT deveria estar em consonância com o argumento dado a outra pessoa – a menos que exista implicação direta com o processo em causa.

Passando ao ponto seguinte (voz à Sub-CT de Faro), é esclarecido pelo Rui Moreira que existem queixas a nível da ACS, nomeadamente no que diz respeito ao horário reduzido deste centro, à falta de serviços de enfermagem diária e falta de médicos de especialidades. É entender de que existe alguma relação com o futuro acordo que estará a ser celebrado com a unidade Lusíadas em Vilamoura. Também foi indicado de que existe uma deficiente limpeza geral do edifício. Existe problemas no portão de acesso à garagem.

Passando para o próximo ponto da OT (Regulamento de Funcionamento Interno – Art.º 7), deu-se a palavra ao Rui Moreira que partilhou o documento que teria feito chegar à CT, e que consta como anexo I na presente ata. Esclarecendo que este documento não terá chegado oficialmente ao mail da CT, é indicado pela Ana Patrícia que eventualmente terá existido alguma uma falha na receção destes documentos no mail. O que o membro Rui Moreira pretende é que, uma vez que o membro Francisco Gonçalves não tem funções delegadas, seja comunicado a todos os trabalhadores da empresa desta sua posição. Não existindo nenhum parecer de outro membro do coletivo, deu-se seguimento ao ponto seguinte.

Pretende-se que a mesa-redonda ocorra ainda no decorrer do mês de Outubro, a ser efetuada nas instalações da CT em Lisboa. Uma vez que existem membros de outras localidades do país bem como membros que também executam funções em sindicatos sugeriu-se que fosse adiada uma data – por forma a não colidir com eventuais reuniões já agendadas com a empresa. Não se tendo verificado nenhuma sugestão, até porque o Fernando Patrício e o Vitor Correia já se tinham ausentado da reunião sugeriu-se que o Francisco Gonçalves se pronunciasse. Não se obtendo nenhuma resposta, foi adiado pelo secretariado agendar-se a reunião com os sindicatos para o próximo dia 24/10 – para a parte da manhã.

Por último é esclarecido pelo Sérgio Pato de que, na deslocação efetuada em Setembro, a Faro, apesar de não ter existido quórum não se deixou de falar com a Sub-CT de Faro e

perceber os sentimentos dos trabalhadores, a parte das cantinas e ar condicionado, efetuou uma visita ao centro clinico e perceber quais os problemas que os trabalhadores estão a enfrentar (nomeadamente um tema que tem surgido cada vez mais e que está relacionado com a renovação das cartas de condução – onde os trabalhadores deveriam apenas pagar por uma consulta e não um valor fixo de 30€). Foi esclarecido pelo Jorge Pinto de que a reunião a ser realizada no dia 14/10 está aberta a todos os membros do coletivo.

Estando concluída a ordem de trabalhos e não havendo mais nenhum assunto a ser debatido deu-se por terminada a reunião pelas 17h10.

Anexo I

Documento apresentado pelo membro Rui Moreira, de acordo com o ponto da OT:
Regulamento de Funcionamento Interno – Art.º 7

Na reunião mensal da CT que se realizou a 14/08/2024, e depois de no dia 29/07/2024 ter sido publicada em BTE a eleição da CIL, em que na composição da mesma consta o nome de Francisco Gonçalves como CT MEO, foi pedido um esclarecimento ao próprio, na referida reunião, a propósito desta eleição, sem conhecimento prévio desta estrutura (CT MEO), apesar da informação que foi enviada por terceiros, pela própria CIL, sobre o processo eleitoral em curso.

Em sua defesa, o referido elemento da CT invocou os Estatutos da CIL e da CT MEO.

Mais do que colocar em causa a utilidade da CIL (ou de outra qualquer entidade que represente trabalhadores, democraticamente) - que, pese embora o referido elemento já ser efectivo naquela estrutura por diversos mandatos consecutivos e ainda que à CT não tenham chegado, até ver, documentos, análises, estudos, seminários, legislação, formação, enfim, actividade associada ao activismo laboral - o que existe é uma violação repetida das regras básicas de informação, transparência, rigor, partilha e respeito pela democracia.

Note-se que se entende como essencial a organização informada dos trabalhadores, trabalho que estará a ser desenvolvido pela CIL, o que não se entende é que essa informação seja decidida e partilhada, alegadamente, apenas para a cúpula dirigente.

Não está em causa o que cada eleito democraticamente entenda fazer com o seu mandato, que é seu, unipessoal. O que está em causa é o que faz e que vincula os demais sem conhecimento destes últimos e não informa, nem que seja à posteriori, os seus pares. Trata-se de um abuso de confiança, de um abuso de poder e de benefício de vantagem, porque se aproveita do mandato que tem para assumir cargos noutras estruturas, sem uma simples comunicação prévia da estrutura para a qual foi eleito: se as CT's exigem o cumprimento da lei no que ao direito à informação diz respeito, esse direito deve tratar-se de uma obrigação e comprometer todos os seus eleitos.

O posicionamento deste membro da CT é duramente criticável, até pelo facto de ter podido, quisesse, dar mais esclarecimentos sobre esta matéria no intervalo das reuniões da CT (sabendo da intenção de lhe poder ser aplicado o RFI). Não tendo tomado nenhuma atitude, explicado o enquadramento, o passado, as funções assumidas agora e no passado, os compromissos político-laborais e mais-valias que a CIL trará para a CT da MEO, faz-nos concluir que é revelador do desprezo que nutre pelos demais elementos da CT e pela própria CT..

A CIL (Coordenadora das CT's da Cintura Industrial de Lisboa), foi criada em 1975 e entende-se, neste caso, que poderá ser uma estrutura que levanta dúvidas em relação à sua real independência, conflituando até com o que está plasmado nos Estatutos da CT da MEO, onde se lê que "a CT é independente do patronato, do Estado, dos partidos e associações políticas..." e não justificará, quiça, a vinculação tácita nos Estatutos, porque coloca questões sobre a independência, cuidado que a CT deve ter em relação a quaisquer entidades externas. À CIL, se assim o entender, a CT da MEO, institucionalmente, far-se-á representar, sempre que possível e assim entendido pelo Colectivo, em eventos para a qual venha a ser convidada, como noutros análogos. .

Por estes factos, repetidos no tempo, propõe-se a aplicação do artº 7º do RFI em vigor.